

NOTÍCIAS CNTV/

VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 23/Mar



cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 2748/2022



RIO GRANDE DO NORTE

Empresserv: Sindsecur notifica FUNCARTE | SECULT sobre atraso de salário e benefícios



Nesta quarta-feira, 23 de março, representantes do Sindsecur notificaram a FUNCARTE/SECULT sobre o atraso no salário de fevereiro, vale alimentação de março e férias de diversos vigilantes da Empresserv que não foram pagas.

A empresa constantemente tem atrasado o pagamento do salário e benefícios básicos dos trabalhadores. O nosso sindicato cobrou dos gestores as providências necessárias para que os direitos da categoria sejam cumpridos.

O Sindsecur está diariamente combatendo o atraso de salário e o descumprimento dos direitos trabalhistas. Para isso vai continuar cobrando das empresas e dos gestores de contratos o merecido respeito. Vamos fortalecer a mobilização para fazer valer nossos direitos. Essa tem sido a tarefa diária da diretoria do SINDSEGUR. Junte-se a nós

Fonte: Sindsecur

Ao invés de gerar emprego e transferir renda, governo quer endividar os mais pobres

A liberação do empréstimo consignado para beneficiários do Auxílio Brasil e BPC é eleitoreira, não resolve crise econômica do país e só beneficia banqueiros, dizem secretário da CUT e economista do Dieese

Foto: MARCELLO CASAL JR / AGÊNCIA BRASIL



Com 12 milhões de desempregados, 25,6 milhões trabalhando por conta própria e o país de volta ao mapa da fome, com pessoas disputando osso e restos de peixe em açougue, ao invés de ampliar os programas de transferência de renda e investimentos que gerem emprego e renda, o governo de Jair Bolsonaro (PL) amplia as possibilidades de empréstimos para os mais pobres.

O governo decidiu aumentar de 35% para 40% o índice de comprometimento dos benefícios dos aposentados com empréstimos consignados e ainda autorizar que beneficiários do Auxílio Brasil e do Benefício de Prestação Continuada (BPC) façam esses empréstimos com desconto em folha.

Para secretário da CUT e economista do Dieese, a medida é eleitoreira e foi tomada na hora do desespero, como uma última tentativa para reverter os índices ruins de intenções de voto e a brutal queda de popularidade de

Bolsonaro, apontadas por todas as pesquisas que indicam a liderança absoluta do ex-presidente Lula na corrida eleitoral deste ano.

A ampliação do crédito não resolve o problema de emprego e renda, ao contrário, ela é eleitoreira e visa apenas tentar impulsionar a popularidade de Bolsonaro que está em baixa, inclusive entre as pessoas que recebem o Auxílio Brasil, diz o secretário de Administração e Finança da CUT Nacional, Ariovaldo de Camargo.

“Nós da CUT entendemos que qualquer política que possa aliviar as dívidas dos trabalhadores é bem-vinda, mas essa medida vai aumentar o problema de quem já está endividado. A política que deveria ser implementada em invés de acesso ao crédito, precisaria ser a solução do que leva essas pessoas a se endividarem”, afirma Ariovaldo.

O dirigente ressalta que hoje os aposentados sustentam seus filhos desempregados e o aumento do índice de endividamento só maquia os principais problemas do país que são o desemprego e a crise econômica.

A economista e coordenadora do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Patrícia Pelatieri concorda que a medida de Bolsonaro é eleitoreira. Para ela, o presidente está desesperado para colocar dinheiro na economia e, para isso vem tomando medidas

como a liberação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e a do dinheiro esquecido nos bancos, entre outras medidas paliativas e decepcionantes - a maioria encontrou centavos nas contas.

“Essas antecipações não são dinheiro novo numa economia devastada como a nossa, são recursos próprios da poupança do trabalhador, seja o aposentado, sejam os mais vulneráveis que recebem benefícios”, critica Pelatieri.

Bancos os favorecidos

Ariovaldo de Camargo não tem dúvidas de que a medida de Bolsonaro favorece os bancos. Segundo ele, muito provavelmente o sistema financeiro vai impor um seguro para não correr o risco de que o tomador do empréstimo tenha o BPC ou o Auxílio Brasil encerrado, antes dele pagar totalmente o empréstimo.

“Hoje os juros dos empréstimos consignados variam de 1,65% a 2,23% mensais. Com uma inflação em média abaixo de 1% ao mês [em 12 meses, inflação medida pelo IPCA-15, passa de dois dígitos], os bancos já saem no lucro, mas para não correrem risco algum vão sobretaxar os juros e os seguros dos empréstimos”, afirma Camargo.

A economista do Dieese também acredita que a liberação desses empréstimos visa garantir mais ganhos aos bancos, que segundo ela, não têm previsão de ter os lucros bilionários do ano passado, quando cinco bancos garantiram em seus cofres R\$ 175 bilhões a mais.

“A projeção de lucros dos bancos para este ano dificilmente repetirá 2021 por que a economia está muito combalida, faltam recursos. Essa medida de liberar o consignado é o chamado capitalismo sem risco porque o pagamento do empréstimo já sai de uma conta que vai ter recursos garantidos pelo governo, apesar de um ou outro contratempo, caso haja a interrupção do valor para algum beneficiário dos programas”, explica Patrícia Pelatieri.

Cortesia com chapéu alheio

A outra questão, segundo a economista, é fazer cortesia com chapéu alheio, ao invés de adotar medidas de recomposição da economia, tirando o pouco das pessoas que tiveram perda intensa de renda, empurrando um endividamento de dois, três meses para frente.

“Estamos falando de pessoas estão utilizando cartão de crédito para complementar o que é básico, pra pagar conta de luz, gás, telefone. É uma bola de neve que traz enormes prejuízos à saúde, com problemas psicológicos e distúrbios para quem está endividado”, diz.

Há uma diferença enorme entre se endividar para comprar casa e carro e se endividar para comprar um botijão de gás

- Patrícia Pelatieri

“Liberar crédito consignado não soluciona o problema, ao contrário. Isto é desespero do governo para parecer que a economia está aquecida, quando não está”, complementa Patrícia.

Metas da equipe econômica

A equipe econômica do governo diz que a liberação do consignado para os mais pobres vai injetar R\$ 49 bilhões na economia, sendo R\$ 30 bilhões em financiamentos para famílias que recebem o Auxílio Brasil e R\$ 19 bilhões para as que recebem BPC.

De acordo com o Ministério do Trabalho e Previdência, o público que pode tomar esses empréstimos chega a mais de 52 milhões de pessoas.

Quem recebe BPC e o Auxílio Brasil

Hoje o BPC, no valor de um salário mínimo (R\$ 1.202), é pago a idosos a partir de 65 anos que possuem apenas ¼ do mínimo de rendimentos.

O Auxílio Brasil paga apenas R\$ 400 por mês, mas terminará no final deste ano, deixando milhões de brasileiros que antes recebiam o Bolsa Família, criado no governo Lula, sem nada, caso o governo não apresente uma nova proposta de benefício aos mais pobres.

Fonte: CUT

Greve no INSS: servidores param atendimento por reajuste a partir desta quarta

Categoria está com salário congelado há cinco anos, pede mais contratações para melhorar o atendimento, e diz que paralisação é por tempo indeterminado



Segundo dirigente sindical, desde antes da pandemia, ainda em 2019, a categoria tem enviado propostas para serem negociadas, mas, o governo Bolsonaro se mostrou desinteressado e não respondeu às pautas

São Paulo – Após cinco anos sem reajuste salarial, servidores e servidoras do INSS estão em greve a partir desta quarta-feira (23). A principal reivindicação da categoria é a reposição de 19,99% nos salários. Os trabalhadores também pedem o arquivamento da Proposta de Emenda à Constituição (PEC 32, da reforma Administrativa, encaminhada

ao Congresso Nacional pelo governo de Jair Bolsonaro (PL), que pode acabar com o serviço público.

A diretora da Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (FENASPS), Lídia de Jesus, explica que a única forma de tentar fazer com que o governo Federal

os escute é com a greve. Segundo a dirigente sindical, desde antes da pandemia, ainda em 2019, a categoria tem enviado propostas para serem negociadas, mas, o governo Bolsonaro se mostrou desinteressado e não respondeu às pautas. “Já foram tentativas de negociações, antes mesmo da pandemia, e não tivemos respostas. Nós só queremos a reposição das perdas, mas recusam receber os trabalhadores para conversar”, explicou ela à repórter Larissa Bohrer, da Rádio Brasil Atual.

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Seguro Social e Previdência Social no Estado de São Paulo (Sinssp), Pedro Totti, avalia que a greve será tanto para os trabalhadores presenciais como para os que estão em home office, já que atualmente a maior parte dos servidores trabalha em casa, proporcionando um enorme ‘apagão’ entre os meios virtuais.

Totti comenta que além do reajuste outras questões estão entre as reivindicações como: a profissionalização da Carreira do Seguro Social, abertura de concurso público para tentar sanar a defasagem de servidores e melhores condições de trabalho. “Estamos fazendo a ‘operação apagão’ no INSS, porque a maioria dos servidores está trabalhando de forma remota e estamos orientando a não acessarem o sistema, como forma de protesto. As nossas reivindicações são para reajuste salarial, melhores condições de trabalho e a contratação de mais trabalhadores para melhorar o atendimento”, acrescentou.

Greve no INSS

O apagão do INSS começou nesta quarta-feira e não tem dia para terminar. A diretora da Secretaria de Administração da Federação, Lídia de Jesus, conta que as greves só acontecem quando não se tem mais alternativas e que as paralisações atingem principalmente a população. Por isso, além de uma vigília permanente na frente do Ministério da Economia para tentar sensibilizar o governo a negociar com a categoria o mais rápido possível, a federação orientou os estados a fazerem uma carta à população explicando os motivos da greve.

“Ninguém faz greve porque quer, é uma necessidade quando não se tem mais alternativa. Estamos acampados em Brasília para tentar sensibilizar o governo. Sabemos que essa paralisação prejudica a população, mas queremos mostrar que essa greve é em defesa do serviço público”, disse Lídia

De acordo com Pedro Totti, na próxima sexta-feira (25), as entidades sindicais da categoria se encontrarão com o ministro do Trabalho e Previdência, Onyx Lorenzoni. E no 1º de abril, está marcada outra rodada de negociações. Totti afirma que a greve permanecerá enquanto não houver uma resposta concreta por parte do governo. “Nós vamos ter uma audiência com o Onyx para discutir essa pauta. Estamos agendando uma nova reunião também para abril, mas se grandes expectativas. Vamos continuar com o movimento, caso não sejamos atendidos”, finalizou.

Fonte: RBA

Trabalhadora ganha ação contra Bradesco no Tribunal Superior do Trabalho

Depois de ficar 17 anos sem direito a férias, vendedora ganha ação por danos morais e banco terá de pagar indenização de R\$ 50 mil



Você sabia que existe indenização por “danos existenciais”? Pois é, existe. E o Bradesco e o Bradesco Vida e Previdência foram condenados a pagar uma indenização de R\$ 50 mil a uma vendedora de seguros por “danos existenciais”. O motivo? A trabalhadora não teve direito a férias durante 17 anos de trabalho. A decisão foi proferida, por unanimidade, pela Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Na decisão, o colegiado destacou que a supressão integral das férias durante todo esse período dispensa a demonstração dos danos

causados à securitária, relativos a descanso, lazer, convívio familiar e recomposição física mental.

Admitida em janeiro de 2001 como vendedora de planos de previdência privada, seguros, consórcio e outros produtos, a funcionária relatou que, meses depois, teve de constituir pessoa jurídica para continuar a prestação de serviço, com despesas pagas pelo banco. Assim permaneceu até que, em novembro de 2017, foi dispensada por não ter aceitado assinar um novo tipo de acordo.

No processo trabalhista, a vendedora pedia o reconhecimento do vínculo de empregatício e os direitos dele decorrentes, como o pagamento em dobro das férias. Pediu, ainda, indenização por danos moral e existencial, com fundamento nos prejuízos causados por não gozar férias.

Em julgamento de primeiro grau, houve reconhecimento do vínculo e o banco foi condenado a pagar R\$ 6 mil de indenização por danos existenciais, mas a sentença foi reformada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região (MS), que afastou a condenação reconheceu o vínculo com a Bradesco Vida e Previdência. De acordo com o TRT, o desrespeito às férias, por si só, não caracterizaria o dano existencial: caberia à empregada demonstrar a ocorrência de prejuízo, não se podendo presumir que a conduta do banco a tenha privado de manter relação saudável e digna em seu círculo familiar e social.

A relatora do recurso no TST, ministra Katia Arruda, ponderou que ficou demonstrado que a empregada foi submetida a “clara limitação às atividades de cunho familiar, cultural, social, recreativas, esportivas, afetivas ou quaisquer outras desenvolvidas em um contexto de interrupção contratual representado pelas férias anuais”.

Não é a primeira vez

Esta não é a primeira vez que o TST condena o Bradesco por práticas nocivas em relação a seus funcionários. Um outro caso, que teve julgamento em julho de 2021, demonstra o tratamento dado pelo banco a muitos de seus funcionários. À época a Terceira Turma do TST manteve condenação ao Bradesco por dano moral coletivo, pelo que o colegiado chamou de “gestão por estresse”.

Para os ministros, restou provado que o banco adotava uma espécie de gestão por estresse, que gerou adoecimento de diversos empregados, acometidos por síndrome do pânico e depressão”. O processo foi apresentado originalmente pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) da 21ª Região, em Natal. Ao julgar a ação civil pública, o TRT condenou o Bradesco ao pagamento de danos morais coletivos. Segundo os juízes do TRT-RN, o Bradesco cobrava metas abusivas, inclusive fora do horário de expediente e até em períodos de greve. Xingamentos proferidos por gerentes, ameaças de demissão, coação contra funcionárias gestantes e tentativa de inibir participação em greve também foram comprovados. O valor estipulado foi de R\$ 1 milhão. O Bradesco recorreu ao Tribunal Superior do Trabalho e perdeu novamente.

Magaly Fagundes, coordenadora da Comissão de Organização de Empresa (COE), lembra que o movimento sindical “sempre cobrou do banco o fim das metas abusivas, da prática de assédio moral e o respeito a jornada de trabalho. Todo trabalhador tem o direito de desligar seu celular corporativo, depois da jornada de trabalho. E já negociamos isso. Justamente para evitar esses abusos como este.”

O Bradesco não está sozinho, levantamento feito pela DataLawyer, empresa de dados de processos judiciais, mostra que os bancos comerciais se tornaram os principais alvos de ações trabalhistas durante a pandemia de Covid-19, somando 45,5 mil processos trabalhistas entre junho de 2020 e junho de 2021.

Fonte: [ContrafCUT](#)

TST aprova moção de apoio a convenção da OIT sobre eliminação de violência e assédio no trabalho

Em sessão realizada nesta segunda-feira, o Tribunal Pleno aprovou a moção, que será entregue ao presidente da República



Fachada lateral do edifício-sede do TST

O Tribunal Superior do Trabalho aprovou, em sessão do Tribunal Pleno realizada nesta segunda-feira (21), moção de apoio à ratificação, pelo Brasil, da Convenção 190/2019, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), como ação concreta, destinada a coibir a violência e o assédio no mundo do trabalho. A apresentação da moção ao presidente da República, Jair Bolsonaro, deverá ocorrer no próximo mês.

A convenção, em vigor desde junho de 2021, é o primeiro tratado internacional sobre violência e assédio no

mundo do trabalho e ainda não foi ratificada pelo Brasil. A ratificação, de competência do Poder Executivo, é o ato por meio do qual a norma internacional é internalizada no Direito brasileiro.

“Não podemos tolerar nenhuma forma de assédio ou de violência, e a ratificação da Convenção é uma forma de mostrar que o Brasil defende esse caminho”, afirma o presidente do TST e do CSJT, ministro Emmanoel Pereira. “É uma medida de proteção às mulheres e representativa para a sociedade como um todo. Essa é a mensagem que vamos levar ao presidente da República”.

Fonte: TST

CAMPANHA NACIONAL DE ARRECADAÇÃO
VIGILANTES DO BRASIL
VAMOS AJUDAR
VIGILANTES DE PETRÓPOLIS/RJ

Doe: alimentos não perecíveis, água, produtos de limpeza, itens de higiene pessoal, roupas, cobertores colchões ou através do PIX abaixo.
SEJA SOLIDÁRIO.

Doze sua doação na sede do seu sindicato

PIX PARA DOAÇÃO 21 964617010 - Roberto Bruno 21 964968075 - Paulo Henrique de Jesus	BRADESCO Agencia 2545-3 C/C 18220-6
--	--

Confederação Nacional dos Vigilantes
Federações e Sindicatos dos Vigilantes

JUNTOS SOMOS MAIS FORTE

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF